

“Escolha dos cursos tem de ser feita pela própria escola”

Segundo economista, ajuste do ensino técnico passa por decisões locais e não apenas do MEC

WASHINGTON — O economista Cláudio de Moura Castro está convencido de que o resgate do ensino técnico passa por decisões que terão de ser tomadas pelas próprias escolas. Essas poderão variar de um lugar para o outro e — lembra ele — “não têm nada de revolucionário”, pois muitas delas já apontaram o caminho, oferecendo cursos técnicos noturnos, de um ano a um ano e meio de duração, para quem já tem o secundário.

“O que a nova regra (*portaria separando a parte técnica da parte acadêmica nas escolas federais*) diz é que agora vai ser tudo igual a esses cursos noturnos, com a diferença de que os recursos da escola estarão voltados agora para a parte técnica e não mais para a formação acadêmica”, diz Moura Castro.

As próprias escolas, e não o Ministério da Educação (MEC), terão de decidir que cursos oferecer num diálogo estreito com o mercado. “Em Brasília, tem-se de saber se o País está andando mais para a eletrônica ou mais para plantar batatas”, afirma. “Mas o ajuste fino da escolha dos cursos, que é crítico, tem de ser feito pela própria escola, em contato direto com o mercado, com as empresas em sua área.”

Por quê? “Pela mesma razão que é o verdureiro que sabe se num determinado lugar o pessoal gosta mais de repolho ou de chuchu — e não adianta o comissário central do povo achar que vai descobrir isso”, diz o economista. “Se a escola oferecer curso que ninguém está interessado em fazer, vai dar um problema político.” Mas o fato de ela não ter que dar um diploma secundário facilita decisões de fechar um curso técnico e abrir outro para responder a uma mudança de demanda de mão-de-obra do mercado. O salário de um técnico especializado nos melhores programas pode ser maior do que o salário inicial de um engenheiro.

Não caberia às empresas que precisam de profissionais especializados financiar as escolas nos quais eles são treinados? “Isso não ocorre em nenhum país do mundo”, diz Moura Castro. “As empresas complementam, em alguns casos fazem programas conjuntos, fornecem máquinas às escolas, e depois contra-

tam os formados.”

É o que ocorre hoje no Brasil nas escolas do Senai e do Senac, que são sustentadas com um imposto equivalente a 1% da folha de pagamento das empresas. “As 18 escolas do Senai são de padrão internacional”, afirma o economista. Mas não atendem à demanda. Em outros países da América Latina, a formação de técnicos para as ocupações manuais básicas — mecânico, marceneiro, eletricista, encanador —, feita pelas escolas do Senai, absorve o equivalente a 2% da folha de pagamento.

Cursos profissionalizantes — “O Brasil precisa de cursos de formação profissional que se alinhem aos vários níveis diferentes de escolaridade da força de trabalho que está entrando hoje no mercado e da que entrará no futuro”, afirma Moura Castro. “Não precisamos apenas de técnicos de nível pós-secundário, mas também gente que saiba pintar uma parede e calcular quantas latas de tinta vai precisar.”

Como aprender?

“Se a população tivesse uma taxa de escolaridade como a dos Estados Unidos, aprendia lendo as instruções na lata”, responde ele.

“Como o nível de escolaridade é muito baixo, e os cursos muito ruins, esse ti-

po de habilidade básica para ofícios mais simples tem de ser oferecido como tal, como começa a acontecer, pois esse é um dos calcanhares de Aquiles da mão-de-obra brasileira.”

Moura Castro chama atenção para o fato de que a reforma do ensino técnico federal iniciado pelo MEC levou as secretarias estaduais de educação a se antecipar e fechar os cursos de secretariado, de contabilidade e, em alguns casos, as escolas normais. Ele não vê problema no desaparecimento do antigo normal, pois, como diz, “está cada vez mais claro que o professor primário deve ser formado pela universidade”.

Um programa de “tecnologia de escritório”, por exemplo, que treinasse profissionais nas várias áreas do setor de serviços, poderia ser concomitante com os dois últimos anos do secundário. O perigo, na estrutura estadual, é fechar os cursos de contabilidade e de secretariado e não abrir cursos técnicos dentro do novo desenho. Para o economista, “o viés acadêmico das pessoas que trabalham nas secretarias de educação faz com que elas tenham horror a coisas aplicadas e profissionalizantes e resistam a pôr dinheiro nessas áreas”. (P.S.)

**SENAI OFERECE
PADRÃO
INTERNACIONAL,
DIZ**